

Proletrários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

É TEMPO DE ENCARAR NO TERRENO PRÁTICO

AS ELEIÇÕES DE 1961 PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL

(Um documento da Comissão Política do C. C. do P. C. P.)

No último número do «Avante!» publicámos um resumo do documento de Maio de 1960 da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista, no qual se precisava a posição do Partido face à actual situação política nacional e se proclamava a Unidade anti-salazarista como uma «tarefa inadiável da hora presente». Na mesma linha de pensamento, a Comissão Política acaba de publicar um novo e importante documento definindo a posição do Partido em relação às eleições para a Assembleia Nacional em 1961 de que abordamos seguidamente os passos fundamentais:

A concorrência da Oposição não é concessão voluntária do fascismo

Depois de salientar a riqueza, a originalidade e o grande valor prático da experiência acumulada pelo nosso povo nas lutas «eleitorais» travadas nas condições duma ditadura fascista, o documento salienta como é significativo o facto de as forças democráticas se preocuparem desde já com a participação nas «eleições» de 1961 e como ele traduz o enfraquecimento do fascismo salazarista e o «*reforçamento e amplitude do movimento democrático popular*».

A participação das forças da Oposição nas «eleições» não decorre da vontade ou do carácter do regime fascista.

« *Ao contrário do que cuidam alguns democratas de outros países*», tais «eleições» não são tanto «*um traço distintivo do fascismo português, como um traço distintivo da ditadura (e do seu bom êxito) dos democratas portugueses: o aproveitamento insistente e audacioso das possibilidades legais de luta, mesmo as mais restritas*».

Por isso a concorrência da Oposição às «eleições» não é uma dívida de Salazar, mas o «*resultado de amplas lutas de massas, da conquista de novas e fortes posições políticas pelas forças democráticas e populares*». Representa «*um enfraquecimento, um recuo e uma derrota do fascismo e um fortalecimento, um avanço e uma vitória das forças democráticas*».

A Oposição deve concorrer às «eleições»

Não se por esta razão. Os fascistas só cumprem da Constituição o que serve os seus interesses, mas o povo pode obrigar que se cumpram a seu favor certas disposições constitucionais. Depois de referir a possibilidade já demonstrada de en-

contrar neste terreno «*formas legais de ampla acção política*», o documento estabelece a diferença entre as «eleições» presidenciais e as «eleições» para a Assembleia Nacional no decorrer dos últimos 15 anos e salienta que estas últimas não apresentam com a mesma simplificação o problema do poder de escolha entre candidatos fascistas e outros da Oposição. Por isso, apesar da possibilidade «*de modificar e substituir o regime*» através da conquista pela Oposição da maioria dos lugares duma Assembleia Nacional dotada de poderes constituintes, «*tal possibilidade não se apresenta nas actuais condições, com uma efectiva viabilidade*».

Mas seria muito importante a conquista de alguns lugares na Assembleia Nacional desde que homens corajosos e capazes permitissem à Oposição, duma tribuna

luta limitada, «*lutar pela democratização da orgânica do Estado*» e desmascarar irregularidades e crimes da governação salazarista.

Por «eleições» com um mínimo de seriedade e garantia

Depois de mostrar que não é tarefa fácil a eleição de representantes da Oposição para a Assembleia Nacional e que só uma extraordinária movimentação de massas poderia impor o respeito por uma vitória eleitoral das forças democráticas, o documento da Comissão Política preconiza que se deve lutar por um mínimo de seriedade e garantia nas «eleições» de 1961.

«*Salazar não só não está disposto a respeitar a vontade nacional, como deliberadamente im-*

(continua na 2.ª pág.)

EISENHOWER CORRIDO DO ORIENTE! POTENTES MANIFESTAÇÕES DO POVO JAPONÊS

Nestes últimos meses, a verdadeira face do imperialismo americano mostrou-se aos povos de todo o mundo com uma extraordinária clareza.

Primeiro, o caso do avião espão U-2, as afirmações do governo norte-americano que definiram a sua política internacional como assente em verdadeiros actos de pirataria, a ordem de alarme dada no próprio dia do início das conversações, tudo conducente à sabotagem da Conferência de Alto Nível, numa tentativa de retorno às posições de «guerra fria». O governo de Eisenhower provocou o desmoroamento das esperanças dos povos postas nessa Conferência, mas quem efectivamente ficou, sob os escombros foi a sua própria política. Como escrevia o jornalista americano Walter Lippman, «*o que se passou depois representa uma profunda humilhação*».

Agora a fracassada passeata do «*patrão*» Eisenhower pelos países asiáticos foi um novo desaire para o imperialismo americano. O povo das Filipinas recebeu-o friamente. Na Coreia e na Formosa, a recepção teve o calor das manifestações fabricadas. Eisenhower foi a estes países como verdadeiro caixeiro-viajante da guerra, provocatoriamente guardado por 500 aviões e 125 navios de guerra.

No Japão, milhões de manifestantes, durante vários dias, gritando e empunhando cartazes, exigiam a anulação da visita de Eisenhower. Este esqueceu-se que estamos em 1960 e continuou com

as suas fanfarronadas de que não adiaría a viagem. Iria ao Japão, o tratado nipo-americano seria ratificado e o governo Kishi sairía fortalecido desta prova. A posição americana consolidar-se-ia no Extremo-Oriente, o que permitiría a Eisenhower uma atitude ainda mais provocatória.

Planos gorados. O povo japonês não pode esquecer as duras provas por que tem passado e não esquece que o veíto da desgraça soprou sempre de Washington: os americanos despejaram sobre Hiroshima e Nagasaki as duas primeiras bombas atómicas que massacraram milhares de pessoas; as experiências atómicas americanas no Pacífico trazem-lhe as peccas radioactivas; há 15 anos que, o seu território é pisado por tropas americanas.

O povo japonês deu a todo o mundo um alto exemplo de combatividade e determinação. Alcançou uma vitória importantíssima sobre o imperialismo e sobre o governo reacçãoário do seu País. Eisenhower não foi ao Japão, Kishi já pediu a demissão e o tratado de guerra nipo-americano foi dado como aprovado através de manigâncias, às escondidas do povo e sem que passasse pelo Parlamento. A derrota do imperialismo foi espectacular. Aos olhos de todo o mundo, inclusivo do povo americano, se oferece uma comparação: a política de guerra, de violação da vontade dos povos, de perfídia e acirramento de ódios que é característica do governo de Eisenhower (continua na 2.ª pág.)

OS TRABALHADORES PORTUGUESES COMEMORAM O 1.º DE MAIO

Apesar das medidas repressivas do governo salazarista para impedir que os trabalhadores portugueses comemorem o 1.º de Maio, milhares de operários e assalariados agrícolas festejaram este ano o dia internacional dos trabalhadores.

No Couço, uma verdadeira romaria popular de mais de 1.600 pessoas, apesar do dia chuvoso, foi organizada para comemorar o 1.º de Maio. Os trabalhadores do Couço confraternizaram, exaltando o significado da data e cantando canções patrióticas. Estavam presentes delegações de várias localidades e outras enviaram mensagens. Problemas imediatos da população trabalhadora foram discutidos, tais como o horário das 8 horas para os trabalhadores do campo e a conquista do contrato colectivo.

Em Mora e Alcórrego houve também confraternizações de trabalhadores.

Em Avis, mais de 60 assalariados agrícolas e outros trabalhadores reuniram-se para comemorar o 1.º de Maio. Assistiram delegações doutras localidades. Foi discutido o problema da unidade e organização da classe operária.

Em Torzoendo, cerca de 800 pessoas (operários e suas famílias) juntaram-se e confraternizaram. O tenente e um sargento da GNR da Covilhã apareceram a vigiar a concentração e mais tarde uma patrulha da GNR, que acompanhava constantemente os trabalhadores. Um operário foi preso, mas pouco depois libertado. Entretanto, no dia seguinte, o patrão da fábrica onde trabalhava (firma José Laureano) despediu a cerca de 60 operários desta fábrica foram então junto do patrão reclamar a readmissão do seu companheiro despedido e ao mesmo tempo protestar contra a intenção patronal de novos despedimentos que não foram por diante.

Em Torres Vedras, Marinhá Grande, Sacavém, Torres Novas e outras localidades do Oeste, Ribatejo e Margem Sul do Tejo, o 1.º de Maio foi igualmente comemorado com confraternizações operárias.

Em Lisboa, algumas dezenas de operários metalúrgicos de 2 empresas fizeram almoço e jantar de confraternização. Numa outra fábrica foi entregue à gerência uma exposição com mais de 100 assinaturas, reclamando aumento de salários e ainda numa outra um pedido idêntico foi dirigido à gerência, com a quase totalidade das assinaturas dos operários da fábrica.

Uma Comissão de operários metalúrgicos foi ao respectivo sindicato reclamar aumento de salários.

O 1.º de Maio, dia internacional dos trabalhadores, foi também para os trabalhadores portugueses um dia de confraternização e de luta pelas suas reivindicações.

Manuel Rodrigues da Silva terminou a pena em 1958. Manuel Guedes terminou a sua em 1950. Exijamos a sua libertação imediata!

AS ELEIÇÕES DE 1961 PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL



(continuação da 1.ª pág.)
pede a sua manifestação, a ilude e a falsifica».

Sob o salazarismo não há «o mínimo de condições para que o povo português vote livremente e para que o seu voto seja respeitado». Os salazaristas não têm sombra de dignidade, de vergonha, de respeito pela vontade popular. Só pelo crime se mantêm no poder.

Porém, a força do povo pode obrigá-los a fazer aquilo que não querem voluntariamente. Daí a necessidade de se lutar por «condições mínimas de seriedade e garantia das «eleições» que se resursum fundamentalmente a três:

- 1.º Recenseamento honesto e fiscalizado;
- 2.º Liberdade de propaganda e de organização;
- 3.º Fiscalização do acto eleitoral pela Oposição.

Seguidamente, e depois de alertar contra a possibilidade de uma manobra de Salazar antecipando as «eleições», o documento chama a atenção para a necessidade, desde já, duma preparação geral (política e orgânica) da Oposição para as «eleições» de 1961, destacando que essa preparação se poderá fazer no decurso de outras grandes batalhas políticas a travar desde já, tais como:

- a luta pela amnistia e contra a repressão;
- a luta contra o envio de tropas expedicionárias e a preparação de guerras coloniais;
- a luta por eleições honestas nos Sindicatos Nacionais.

Neste sentido devem também incluir-se as Comemorações do 5 de Outubro.

Estas lutas, assim como as lutas económicas do proletariado, (que quando adquirem formas superiores se convertem «em autênticas batalhas políticas») poderão influenciar, segundo a sua amplitude, as «eleições» para a Assembleia Nacional, no que respeita ao esclarecimento político das massas, ao seu treino no combate e na organização, à sua unidade e solidariedade, à sua ideia de que é urgente derubar o fascismo como meio de solucionar «os problemas inadiáveis das classes laboriosas» e como factor de radicalização política.

Essa é a experiência de luta dos anos de 1943-49. Lutas recentes como as dos pescadores de Matosinhos e dos mineiros de Aljustrel comprovam-no igualmente.

Os êxitos nas «eleições» de 1961 dependem, em larga medida, do que fizerem até lá as forças democráticas do país no terreno da liberdade, organização e mobilização de massas.

O documento da Comissão Política salienta depois a importância das Comemorações do 5 de Outubro por serem igualmente as do Cinquentenário da República, de cujo êxito «depende em larga medida» a «preparação adequada dos democratas com vistas às «eleições» para a Assembleia Nacional.»

Importa desde já formar Comissões Regionais e Locais nas Comemorações. Sendo desejável a coordenação das Comemorações a escala nacional, não deve esperar-se, porém, para agir, a formação dum organismo nacional representativo «muito sério, contudo, um grande passo para a unidade

de geral».

Se os democratas conseguirem organizar-se, unir-se e fazerem participar nestas acções as amplas camadas populares, abrir-se-à uma perspectiva da mais alta importância: «A possibilidade de dar continuidade, para além do 5 de Outubro, aos organismos criados para as Comemorações, com um novo objectivo: as «eleições» para a Assembleia Nacional de 1961, e com uma preocupação incessante — alargar a unidade e reforçar a ligação com o povo.»

Por uma unidade ampla e sincera

Só a unidade das mais importantes forças da Oposição poderá permitir o sucesso.

Nas condições da ditadura fascista não é possível a nenhuma força anti-salazarista triunfar isoladamente numa «eleições». Só uma «presunção avaliação das próprias forças e uma incompreensão acerca da natureza e do poder do Estado fascista pode levar qualquer força isolada da Oposição a pensar poder fazê-lo».

Apontando a necessidade de acordos prévios entre as forças democráticas «quanto aos termos da acção eleitoral», o documento desenvolve a ideia da unidade, referindo quanto ela é prejudicada por velhos ressentimentos, experiências dolorosas, rivalidades e malquerenças e «pelo receio do povo de uns e o receio das direitas de outros, pela lembrança de épocas de divisão e de palavras ásperas de uns para os outros». Isto deve pertencer ao passado.

«Olhemos menos o passado que nos dividiu, e olhemos mais o presente e o futuro que necessariamente nos unem e unirão.»

Principalmente «a unidade com os católicos adquire hoje particular interesse dada a existência entre os católicos duma forte corrente liberal e anti-fascista, de que é expoente o Sr. Bispo do Porto, exilado por Salazar».

O Partido Comunista saía dos católicos que lutam contra Salazar e garante a sua oposição a quaisquer perseguições por motivo de crenças e da prática do culto religioso.

O documento combate depois a ideia de alguns círculos católicos quanto à exclusividade da autorização legal para a formação e actividade dum partido ou organização política católica. Tal acção isolada contra o fascismo estaria votada ao insucesso.

Que a ideia da unidade ganhe também os católicos, pois uma participação isolada nas «eleições» não tem a mínima possibilidade de triunfar.

Por listas únicas da Oposição

O documento da Comissão Política combate em seguida a intenção de certos agrupamentos de apresentarem listas próprias às «eleições» de 1961. Qualquer iniciativa nesse sentido teria resultados altamente prejudiciais. «Conduziria a uma efectiva divisão que só ao fascismo poderia aproveitar».

Alguns grupos defendem esta ideia para que a «sua» lista não seja alcunhada de comunista. As outras seriam uma espécie de bode expiatório, o alvo do ódio e de repressão fascistas.

Entretanto, a experiência do passado mostra que atitudes idênticas não libram da acusação de comunistas «os generais Norton de Matos e Humberto Delgado cujos sentimentos anti-comunistas eram bem conhecidos».

A apresentação de mais duma lista da Oposição seria nociva aos interesses do movimento democrático. A experiência de 1951 mostra que a divisão de listas «conduz à desorientação, à limitação do movimento popular, ao insucesso final». Em 1958, foi sobretudo o invencível espírito de unidade das massas populares que impôs aos espíritos sectários dos dois movimentos das candidaturas de Oposição, a unificação final e a grandiosidade da luta.

Depois de pôr em relevo o sentimento de unidade das massas populares e de preconizar a apresentação de listas únicas suficientemente representativas, nos vários distritos, o documento refere o que se passou em 1957, devido ao atraso da elaboração de listas únicas, atraso que comprometera a própria apresentação dessas listas.

O êxito depende da unidade da organização e da acção popular

Certas concepções quanto à inevitabilidade duma solução pacífica e à desagregação a curto prazo do Estado Novo geraram o culto da espontaneidade e ilusões legalistas e golpistas

O documento frisa o carácter favorável das condições objectivas, mas que estas por si nada decidem. «O êxito da luta contra a ditadura fascista depende da acção das forças democráticas, da sua unidade e organização, da amplitude e vigor das lutas populares de massas.»

Nesta base, as «eleições» de 1961 poderão vir a ser uma grande batalha com importância decisiva no desenvolvimento posterior da luta para o derrubamento da ditadura fascista.

O Partido Comunista não poupou esforços para se estabelecer uma ampla unidade anti-salazarista, com vistas às próximas jornadas de luta e à grande e suprema tarefa comum de todos os portugueses: «a derrubamento da ditadura fascista e a instauração em Portugal das liberdades democráticas».

EISENHOWER CORRIDO DO OMEMO

(continuação da 1.ª pág.)

e a política de paz e amizade, de ajuda mútua, sem imposições políticas e económicas, conduzida pela União Soviética.

Para temperar os desaires sofridos, Eisenhower foi alogar as mágoas à Coreia e à Formosa, tal como fizera quando, de Paris, veio visitar Salazar e a sua camarilha.

Na Coreia e em Seul, Eisenhower mais uma vez desafivelou a máscara de «pombinho da paz» e despejou o seu ódio contra as massas populares, e particularmente contra o campo socialista, em virulentos discursos de verdadeiro propagandista de guerra.

Com esta provocatória e insultante política de Washington fazem coro laiaios como os governantes da Formosa e de Portugal. Salazar apresenta-se afanosamente a satisfazer as ordens dos patrões americanos. A sua recente entrevista com Franco teve, sem dúvida, como um dos objectivos o concertar de pontos de vista para melhor abrir as portas ao domínio yanque.

Em todo o mundo crescem os sentimentos anti-imperialistas. Os povos estão farto do tacão estrangeiro, querem ser donos da sua Pátria. O Japão acaba de dar um significativo exemplo de luta directa contra o imperialismo e pelas liberdades democráticas. Este exemplo calou fundo no povo português que seguiu com vivo interesse o desenrolar dos acontecimentos. Tais exemplos não costumam esquecer-se, principalmente quando vivemos circunstâncias idênticas de submissão ao imperialismo americano.

LUTAS ESTUDANTIS

Os estudantes de Lisboa, Porto e Coimbra desenvolvem importantes acções em defesa dos seus interesses, indicativas da sua disposição de luta e do seu espírito organizativo.

As comemorações do Dia do Estudante nos principais centros universitários deram lugar a novas acções estudantis de notável amplitude.

Em Lisboa, 400 a 500 estudantes participaram de maneira activa nas comemorações, enquanto cerca de mil participaram nas sessões de teatro e cinema e nas festas de confraternização. Nos colóquios, importantes problemas foram debatidos entre os estudantes, relativos às actividades escolares e circumscolares.

No Porto houve assembleias em algumas faculdades, que debateram os problemas mais instantes da população estudantil.

Em Coimbra, depois da eleição da Direcção da Associação Académica de Coimbra que deu a vitória

à lista aprovada pelo Conselho das Repúblicas por 900 votos contra 700 da lista da direcção anterior, composta por elementos fascizantes, prosseguem outras lutas académicas.

Nas diversas Faculdades da Universidade de Coimbra foi feito um protesto contra a rescisão do contrato do leitor de alemão da Faculdade de Letras, prof. Harold Eeder, por este ter publicado no jornal da Academia um artigo em que criticava o ensino da Faculdade.

Uma petição para que sejam libertados todos os estudantes presos pela PIDE, a fim de poderem comparecer aos exames, tem colhido centenas de assinaturas entre os estudantes de Coimbra, Lisboa e Porto.

As lutas estudantis, que se têm desenvolvido num elevado espírito de unidade, na medida em que põem em cheque a política anti-cultural de Salazar, são uma importante contribuição para a luta nacional pelas liberdades democráticas.

A VIDA E A LUTA DA CLASSE OPERÁRIA



OS VALENTES MINEIROS DE ALJUSTREL BAIXAM A PRODUÇÃO PARA QUE OS SALÁRIOS SUBAM

Mês e meio depois da heroica decisão dos 150 mineiros do poço de Algarves fazerem greve no fundo da mina, sob o fogo das represálias dos patrões belgas e dos seus lacaios e sob as ameaças constantes da PIDE e da GNR, os mineiros de Aljustrel continuam a fazer «ceras» pela readmissão dos despedidos e pelo aumento dos seus salários.

Confiace-se agora melhor a odisséia dos heróicos 150 mineiros no fundo do poço de Algarves. Durante cerca de 35 horas lutando contra a sede e o calor intensos (a PIDE cortou o arrefecimento e a água) vários mineiros chegaram a desmaiar e a deixar sangue pela boca. Viram-se assim forçados a render-se.

Dos 120 que foram depois encerrados nas húmidas casamatas do Forte de Caxias foram já quase todos libertados devido à acção do povo de Aljustrel e à indignação que provocou por toda a parte a odiosa represália da PIDE. Mesmo algumas praças da GNR se mostravam indignadas com a forma como foi reprimida a greve.

Quase todos os 120 prisioneiros foram espancados pela PIDE. Mas isso não abalou o moral de luta dos mineiros.

O Sindicato foi encerrado em 9 de Abril e assim continua, apesar dos protestos dos mineiros.

Durante a corajosa acção dos trabalhadores da mina de Aljustrel, a população local, que os apoiara em massa, deu, toda a sua ajuda e solidariedade às famílias afectadas pela represália.

A vitória ainda não foi, porém, obtida. O actual movimento de fa-

zer «ceras» é uma importante forma de luta. Tal como nos primeiros dias, e cada vez mais, é necessário manter e reforçar a unidade de todos os mineiros, defender e apoiar as suas comissões, organizar a luta em todos os poços e no exterior, intensificar e organizar a solidariedade. Só isso tornará possível a vitória. Ao mesmo tempo todos devem estar vigilantes contra os maneios dos exploradores belgas e a acção da PIDE. Mieráveis denunciamos como António Baltazar e José Capitão, são indignos de pertencer à família mineira.

A heroica greve de 9 de Abril,

as concentrações e a ocupação do Sindicato pelos mineiros durante mais de 24 horas, as acções de solidariedade aos presos e agora o movimento de baixa de produção para que as reivindicações apresentadas sejam atendidas, tornam a luta dos mineiros de Aljustrel uma das mais vigorosas da classe operária portuguesa. Também, pela luta que toda a população de Aljustrel travou durante longas horas com as forças repressivas, ela foi uma significativa batalha política contra o salazarismo. Apoiando por todos os meios a corajosa luta dos mineiros, todo o nosso povo muito pode ajudá-los a triunfar.

OS TÊXTEIS DO NORTE LUTAM POR MELHORES SALÁRIOS E CONTRA A PRODUTIVIDADE

Com a intensificação da produção, os industriais têxteis intensificam a exploração dos seus operários. No Minho e Douro estes levantam-se contra a ofensiva patronal e lá, onde lutaram unidos e firmes, conseguiram vitórias.

No sindicato têxtil de Guimarães concentraram-se no dia 1.º de Maio cerca de 100 operários para saberem o que havia de concreto sobre o aumento de salários, aspiração fundamental da classe, pela qual vem lutando através de concentrações e exposições sem que até agora tenha visto atendido o seu justo pedido.

O presidente do sindicato não apareceu e o elemento da direcção que atendeu os operários, respondeu às suas reclamações com o argumento de que o sindicato tinha feito o que podia para resolver o problema da classe têxtil.

No dia 9 de Abril uma delegação composta por operários de cada fábrica têxtil de Braga, com excepção da fábrica de Rião, onde saíram os actuais dirigentes do sindicato, dirigiu-se a este organismo, em nome da classe, e depois de discussões nas várias empresas, para lhe apresentar um pedido de novas eleições, tal como a classe têxtil o deseja.

E já a segunda vez que os operários se dirigem ao sindicato para apresentarem um tal pedido.

Na fábrica de Malhas Maber, L.ª, Pório, onde trabalham cerca de 200 operários, na sua maioria mulheres, no dia 30 de Abril (sábado), o pessoal fez greve da parte da tarde para obrigar o patronato a dar-lhes a semana «inglesa». Apenas 12 ficaram na fábrica. No dia 7 de Maio, novamente sábado, o patronato quis pagar a parte da tarde a dobrar, porque tinha encomendas urgentes a atender mas o pessoal não alenteu o desejo do patrão e abandonou a fábrica. O pessoal já há bastante tempo que vinha reclamando esta reivindicação, e acabou agora por impô-la.

Nas Selgueiros, as operárias trabalham com 6 teares automáticos e ganham 26850. Em fins de Abril, um grupo de operárias foram chamadas ao escritório e convidadas a assinar um documento em como aceitavam trabalhar com 10 teares

automáticos e passarão a ganhar 30500. As operárias recusaram, alegando que não recebiam sequer 900 por cada tear a mais e todavia o seu esforço e trabalho passariam a ser maiores. Que o que ganhavam mal lhes dava para matar a fome e com mais trabalho ficavam perderiam a saúde. Nesta empresa, à medida que vão metendo teares automáticos, vão despedindo o pessoal pelos motivos mais fúteis.

Fábrica Têxtil de Chafarica — Nesta empresa foi despedido o mestre Formiga após várias reclamações e delícias dos operários, que se mostravam profundamente descontentes contra este encarregado, que por várias vezes usou de atitudes violentas e frases agressivas contra os trabalhadores e trabalhadoras desta empresa.

Fábrica de Ferro — Fafe — Os operários foram obrigados a trabalhar com 12 teares, medida que provocou reacção entre o pessoal. Em virtude disso, vários operários testemunharam os seus protestos junto dos encarregados. Alguns de entre eles foram suspensos por tempo indefinido. Foi deste modo que a empresa reagiu às suas justas reclamações.

A classe têxtil do Norte deve discutir largamente a forma de lutar contra esta nova ofensiva do patronato, deve reforçar a sua unidade, organizar as suas comissões de fábrica, de local e de região e junto das empresas, no sindicato ou das autoridades, pressionar para que sejam escutadas as suas reclamações.

LUTAS corticeiras

SEXAL — Os operários do WINCADER entregaram à gerência uma exposição com mais de 200 assinaturas pedindo aumento de salários.

Passados algumas semanas, como os patrões não tivessem respondido, uma comissão de operários dirigiu-se à gerência a fim de que lhes fosse dada uma resposta. Um dos patrões disse aos operários que eles tinham razão, que ganhavam muito pouco, mas que ele só daria o aumento se os outros patrões também o fizessem.

COVA DA RIEDEADA — Na Região um Comissão de Unidade composta de 4 mulheres e 2 homens foram junto do patrão pedir aumento ao que ele respondeu que só daria aumento se os outros também dessem. A comissão foi então ao Sindicato, o que levou o presidente a ir falar com o patrão.

DUAS VITÓRIAS DOS OPERÁRIOS

DE S. JOÃO DA MADEIRA

Depois duma movimentação dos operários sapateiros da firma Nicolau Costa, com vista ao aumento de salários, estes comprometeram-se, por 40500 ou 35500, conforme produzissem 13 ou 12 pares de calçado de criança. A gerência recusou o aumento e alguns operários despediram-se como protesto. Dias depois, os salários de 35500 foram aumentados para 40500.

Também na fábrica chapelaria Triunfo foi dado um aumento de 2500 a 1500 para os operários e operárias respectivamente. Ao terem conhecimento destes aumentos, operários chapeleiros doutras fábricas movimentaram-se junto dos patrões, o que originou a extensão daqueles aumentos a toda a classe.

O QUE SE PASSA NAS EMPRESAS

Na FÁBRICA DOS ALMEIDAS, em Guimarães, os operários estão a receber 60500 por 6 dias de trabalho por semana, trabalhando também horas extraordinárias em alguns casos. Quando o patrão obriga-os a assinar um papel em branco, onde possivelmente inscreva salários e o pagamento de horas extraordinárias que não são pessoais.

Na EMPRESA INDUSTRIAL DOS HORTAS, em Guimarães, o pessoal que trabalha de empilhador ganha 22500 anualmente. No primeiro semana ainda ganharam os 24500, mas na segunda não só os salários desceram para 20500, mas também passaram para 2500 da semana anterior.

Na FÁBRICA DE PIMENTA MACHADO, em Guimarães, após um mês em que os operários não foram pagos, receberam os seus salários de 30500 e mais por faltas de que os operários não são responsáveis. Para pagarem estas multas têm de descontar 10500 por semana de cada operário.

Na FÁBRICA DE PLÁSTICOS XAVI aplicam-se arbitrariamente multas, algumas das quais atingem a importância de 34500 e são aplicadas aos operários que não comparecem a 100% de presença imposta pela empresa. Foi por este facto recentemente multado um operário e alguns dos seus companheiros têm sofrido as consequências desta multa.

Na FÁBRICA DO CARVALHIDO, em Guimarães, as operárias têm levado para casa 60500 de férias, trabalhando 6 dias na semana com horas extraordinárias.

Na FÁBRICA DE VILA POUCA, DOS PIMENTA MACHADO, as parturientes, que têm direito a subsídio durante o parto, são suspensas com horas extraordinárias e declaram ter recebido o subsídio, que os patrões guardam para si.

MAIA DO CASTELO — Na FÁBRICA DE COLOMIA, em Guimarães, as operárias ganhavam 5 7500 por dia e não estavam sindicalizadas. Recentemente a empresa foi obrigada a sindicalizar o pessoal e o salário foi de 12000 por dia. São para 25 e 35500 salários. Este aumento resultou das queixas apresentadas pelas operárias à fiscalização ou aos organismos corporativos de defesa do trabalhador e por umas 3 dias por semana.

BARREIRO — Na CUF houve operários que só receberam o aumento de 4500. São casos em que os patrões não pagam. Além destes, também só receberam mais 4500 aqueles trabalhadores que estão deslocaados do seu trabalho habitual para outras fábricas, mas os salários mais elevados (chamam a este «salário júnior»). Logo após o aumento subiu o preço do pão na cantina, de 2540 passou para 2570 o kg. de arroz. DE — Quando foi dada uma informação, o aumento geral que houve (muito pequeno) para 30500 aplica-se somente aos mineiros que trabalham em superfície e não aos que trabalham em superfície não tiveram esse aumento. Como um dos dois fabricos de enxofre que a mina tem, foi agora encerrado, os operários de trabalho foram colocados em outros trabalhos. Alguns SOFREMAM REDUÇÃO DE SALÁRIO (1), por exemplo, de 26500 para 25500.

PESCADORES DE MATOSINHOS

Por deficiências de informação demos no «Avante» nº 288 ganhos que não correspondem à realidade e hoje rectificamos. Na semana em que tratamos do escalão de 39 %, passou de 12€ a 180 contos e de 40%, de 180 para 210. Tudo o mais corresponde à informação dada anteriormente.

LUTAS E ACCOES DOS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS

Comeceram as ceifas no Sul do país. Depois de reuniões de unidade em várias localidades do Alentejo, os ceifeiros e ceifeiras começam a colher os resultados da sua luta.

Em MONTEIRO-O-NOVO saíram já alguns ranchos para as ceifas dos trigos temporários com a jorna inicial de 35500. Em BROTAS, os ceifeiros conseguiram já 42500 em GRUPEL os trabalhadores, depois de recusarem os 25500 oferecidos pelos agrários, conseguiram os 38500 no dia 4.º de Junho.

No COILICO, a herdade do Sol Posto, um rancho de 60 mulheres combinou ferrar todas ou nenhuma pela jorna de 25500. O patrão não queria dar trabalho a 20 mulheres, mas ante a unidade e firmeza de todas, cedeu.

Também em MELHILHEIRA GRANDE, no Algarve, no cova das lamas, um rancho de mais de 40 operários, agrícolas, obrado pelo rendimento Chanita, obteve uma vitória. Como este exigisse maior número de horas que o estipulado no contrato, não se cederam as horas extras, obrigando o lavrador, reclamando o cumprimento do contrato. A GNR, chamada a intervir pelo patrão, acabou por concordar com a razão dos trabalhadores e não obrigou o lavrador a cumprir. Por essa razão, mais de metade do pessoal abandonou o trabalho.

Obterem trabalho e uma jorna melhor, os ceifeiros devem desde já (e não é cedo) organizar-se. Os agrários preparam-se para intensificar o uso das máquinas e rebolar as terras. Há que ir para grandes reuniões locais discutir o situação e organizar comissões para as ceifas. A luta por contratos para toda a ceifa, contra o uso das máquinas enquanto houver braços parados e contra os empregados gananciosos, deve ser travada numa base de estreita unidade de todos os ceifeiros.

APARECE O JORNAL INGLÊS

«NEW STATESMAN»

O descaro e cinismo dos fascistas não conhece limites. Mais uma prova disso é o processo movido ao jornal trabalhista inglês «New Statesman»...

O «New Statesman» tem, por diversas vezes apoiado a luta do nosso povo contra a ditadura salazarista e desmascarado as torturas e crimes da repressão fascista em Portugal...

Jogando com a intimidação e o terror que exercem no país sobre os milhares de portugueses que poderiam testemunhar a favor do jornal inglês e contando com a cumplicidade da reacção inglesa, o bando de criminosos da PIDE teve

o descaramento de processar, por calúnias, aquele periódico trabalhista.

Os assassinos de Alfredo Diniz, José Moreira, Ferreira Marqués, Germano Vidigal, Ferreira Soares, Augusto Branco, Patuleia, Vieira Tomé, Raul Alves, Militão Ribeiro, Joaquim Lemos de Oliveira, Manuel da Silva Júnior, e de tantos outros patriotas procuram encobrir a face perante a opinião pública mundial.

Porto Duarte, Gouveia, e José Gonçalves são assassinos e torturadores de presos. Centenas de portugueses poderiam testemunhar o processo de Londres... Mas se todos os que lhes passaram pelas mãos assassinas enviassem rapidamente aquele jornal inglês os seus depoimentos escritos e devidamente assinados e reconhecidos, o processo ao «New Statesman» transformaria-se à um processo da PIDE. For-se à uma verdade desmascararemos os criminosos!

Table with multiple columns listing various items and prices, including 'JANEIRO', 'de Aljustrel', 'de S. Domingos', 'de Bem', etc., and 'Liberatção do povo', 'Liberatção da Liberdade', 'Liberatção da Massa'.

TRIBUNA DO LEITOR

Visita à Prisão de Coxias

No dia 17 de Abril fui a Coxias visitar um preso. Estas visitas, não são para falar nas arbitrariedades da que os presos são vilinados, pois essas lutas dos portugueses os conhecem...

Depois de subirmos o caminho que nos leva à sinistra prisão de Coxias, autêntico caminho de cobras, no trilho aqui caí uma senhora, ali uma criança, outras vezes os homens e frequentemente senhoras com filhos nos braços, todos suados, vê-se em todos os rostos o sofrimento.

Chegados ao portão de entrada, todos esquecem as agruras do caminho para se entregarem ao contentamento dos momentos felizes passados nos seus dias de liberdade, mas quando se aproximam do portão de ferro não se abre, e nós sofremos a pé firme o calor abrasador, os guardas que estão mostram-se indiferentes aos nossos rostos...

Finalmente, às 14 horas, abre-se um pequeno portão, por onde apenas pode entrar uma pessoa de cada vez, e que se saia para a prisão e a entrar os outros mostramos surdos aos nossos pedidos, porque não é preciso fazer sofrer só os presos, é preciso fazer sofrer também os seus familiares...

Devido à microclima com que a entrada de Coxias, há mulheres a chorarem os seus maridos, os pais, os filhos, etc. As 17 horas cessam o portão, outros só conseguem entrar às 18, quatro horas a mais, e assim sucessivamente...

Depois de todos estes sofrimentos, eis que chegamos a presas, caras pálidas devido aos maus hábitos e tempos de prisão, para a maioria não se consegue falar. Só quem não tem corcão não sente o choque. «Meu querido marido!», bradam as mulheres, quando nos braços destas...

esta regalia lhes ser concedida apenas 3 vezes por ano, deixei as mulheres enfiadas aos maridos, as crianças penduradas nos peçoços dos pais, e dou uma olhadela ao que se passa em cima. Alguns guardas parecem pintores espreitando as obras...

Finalmente, após 125 minutos, nós aguardamos que a polícia dê ordem para nós reitremos. Mas a missão da polícia ainda não estava cumprida. Depois de tudo isto era necessário que as famílias expressassem ali para não terem tempo de apapar os transportes que as deviam levar a casa.

Nesta relação houve algo que me esqueço de mencionar: o facto de sermos acompanhados à entrada, não fôsemos nós levar metralhadoras ou carros de assalto nas algibeiras.

Sobre o presidio militar de Santarém

Os soldados que são condenados a cumprir a pena a que estão condenados em Santarém são tratados desumanamente. Logo que ali dão entrada são metidos numa cela e permanecem incomunicáveis até cumprir a pena a que estão condenados. Não podem olhar para os seus companheiros de prisão, nem esboçar ou cantar, logo são logo metidos nos fundos das segredias dias sem fim, sem ar e sem luz.

Autorizam escrever duas cartas por mês e ter visita da família duas vezes no mesmo mês, mas a visita não se dá, e as cartas não se recebem prontamente a tudo que eles dizem, é ameaçado constantemente e não tem as mesmas regalias dos outros. É obrigada a trabalhar nas obras, e as máquinas que se partem a trabalhar são descontadas dos \$95 que ganham.

O comandante é um grande carrasco, e cumprir a pena de três meses, pode, o que quer que se faça. A maioria dos presos é de 2 a 3 anos. Já se desfilaram 15000 militares dos oficiais e sargentos são da mais baixa moral. Em especial o comandante, Ipanema, pois já se desfilaram 20000 soldados. Já se desfilaram 20000 soldados. Já se desfilaram 20000 soldados.

Uma manifestação... na Esquadra

Em Viana do Castelo os elementos fascistas tentaram organizar uma manifestação de rezojo pelo decisaõ tomada no tribunal de Haio sobre o caso de Goo.

Para isso convidaram para as reuniões a todos os organismos oficiais, funcionários públicos, alguns do liceu e também à corporação dos Bombeiros Voluntários desta cidade.

De todo pessoal convidado, só com o entusiasmo que tinham pelo esforço diligente que realizaram, para darem à manifestação a importância que eles haviam projectado, compareceram em algumas ruas, com bandeiras e gritos. Da corporação dos bombeiros compareceram apenas 6 pessoas, o que enfraqueceu extraordinariamente a comissão organizadora. Deput resultou um inquérito à esta corporação.

Como lhes escassavam vozes e comentários convencidos do valor da decisão do tribunal de Haio, os salazaristas foram concentrar-se descepcionados com o fracasso da manifestação na esquadra de Haio e os seus agentes da autoridade, ainda gritaram sem grande convicção, na presença dos 6 bombeiros, o seu anátema, a Salazar e ao vanguardista Tomás.

Um leitor tianense UM PATIFE

A propósito de uma carta publicada no «Avante!» N.º 288, convido que o Sr. Patife, a quem se refere o link de ligação de infelizes famílias do Bairro dos Carangueiros, realmente foi uma grande vitória, mas não se deve desancas porque ele é vingativo.

Ha tempos soube que um construtor faz um prédio cá no concelho. Além ficou muito terrado, pelo que restava de trabalho para fazer. Como o projecto não andasse, construiu arriscando-se à multa. Passado algum tempo, chegou a ser infelizes foram chamados a policia. Não soube se se tinham para o pessoal da Câmara para debitar tudo abaixo. Um inquérito foi feito e as respostas foram a falar com o Presidente da Câmara. Este atendeu e disse-lhes que fossem desancados. Mal tinham chegado a casa, logo os homens foram chamados a ir falar com o Presidente da Câmara. Este atendeu e disse-lhes que fossem desancados. Mal tinham chegado a casa, logo os homens foram chamados a ir falar com o Presidente da Câmara. Este atendeu e disse-lhes que fossem desancados.

Um atmadense Para a vigilância e a acção do povo bem unido pode meter na ordem este refinado exemplar de salazarista. Atenção moradores dos Carangueiros!



PORTUGAL SOB O JGO DOS MONOPÓLIOS

Os trabalhadores, principais vítimas do processo monopolista

O povo português, desde as classes trabalhadoras à pequena e média burguesia nacional, suporta neste momento a mais brutal ofensiva dos monopólios contra os seus interesses vitais.

Sob pretexto dos acordos internacionais assinados pelo governo de Salazar — acordos que amarram a economia nacional aos interesses monopolistas das grandes potências capitalistas da Europa e abrem o mercado português à ruínosa concorrência estrangeira — os governantes intensificam a exploração das classes trabalhadoras.

Ao mesmo tempo que a ofensiva monopolista se desenvolve abertamente no terreno económico, multiplicam-se os esforços dos fascistas no terreno ideológico no sentido de criarem no país um clima de aceitação das medidas anti-populares do governo, desnatando-lhes o seu verdadeiro carácter de classe.

A cabeça desta campanha de mistificação ideológica destaca-se o actual Ministro da Economia, Ferreira Dias, que ao contrário do que afirmou na sua conferência de 26 de Maio no Porto, não é «um cidadão de modesta vida, afastado de todas as ligações e interesses», mas um «testa-de-ferro» do capital financeiro, directamente ligado ao mais poderoso «cartel» capitalista do país — o da energia eléctrica. O seu mais dilecto colaborador, o actual Secretário do Comércio, segue-lhe as pisadas.

Não faltam ainda outros corifeus a darem a sua colaboração a este trabalho de confusão ideológica, como o economista fascista Pedro Martinez, que enfeita a política monopolista de Salazar com o alucinante nome de «humanismo económico»...

Finalmente, o ministro-polícia Veiga de Macedo anuncia uma reforma «revolucionária» da estrutura do salário e o advento do «operário accionista» em lugar do misero e recalcitrante assalariado...

É toda uma campanha mistificadora, que se desenvolve em várias frentes, e cujas raízes importa pôr ao sol.

Procuraremos demonstrar que a monopolização da economia nacional, sob a égide do capital financeiro, apenas tem aproveitado e aproveita a um reduzido punhado de grandes monopolistas portugueses e estrangeiros e que ela é a causa principal da ruína e do atraso económico da nação e da crua miséria das camadas mais amplas do nosso povo.

Hoje focaremos apenas um lado desta questão — a situação particular das classes trabalhadoras e a desigualdade extrema da distribuição da riqueza nacional.

Safar de fome e lucros fabulosos!

Lémine enunciei que a pauperização relativa e absoluta da classe operária é inerente ao processo de desenvolvimento do capitalismo. A realidade portuguesa é disso uma ilustração saliente. A história destes duros 34 anos de regime fascista mostra de maneira inequívoca que as classes trabalhadoras são as principais vítimas do devorismo monopolista. Na base dos enormes lucros arrecadados pela oligarquia

financeira está a desenfreada exploração da classe operária com todo o seu cortejo de misérias, desemprego e fome. A política salazarista de bloqueio dos salários é a pedra angular de toda a política económica do fascismo e a causa directa da baixa do salário real dos trabalhadores. É sabido que enquanto o salário nominal aumentou pouco mais do dobro, desde 1939, o seu valor real baixou cerca de um terço em relação ao mesmo ano.

Quer dizer, enquanto em 1939, com cada escudo do seu salário, os trabalhadores podiam comprar 166 gramas de toucinho, ou 200 de bacalhau, ou 333 de pescada, ou 200 de carne de porco, ou 2 decilitros de azeite, ou 4 ovos, ou um litro de leite, o mesmo escudo, em 1960, apenas pode comprar 47 gramas de toucinho, ou 62 de bacalhau, ou 50 de pescada, ou 33 de carne de porco, ou 0,63 decilitros de azeite, ou pouco mais de 1 ovo, ou 3 decilitros de leite e assim sucessivamente.

O «humanismo económico» de Salazar leva a reduzir até limites inconcebíveis os salários dos trabalhadores, enquanto que nenhum limite sério é posto aos preços dos produtos de largo consumo e muito menos aos lucros fantásticos dos monopolistas.

Segundo a Estatística Industrial de 1958 foram pagos a cerca de 250.000 operários de 65 sectores da indústria extractiva e 70 da indústria transformadora salários num montante de 1 milhão 871 mil e 112 contos, o que corresponde a um salário diário médio, sem descontos, de 20990. Sabendo-se que os descontos se elevam a cerca de 9% do salário, isto significa que cada operário teve em média para se alimentar em cada dia do ano de 1958 um salário de 19500!

Como já dissemos, os salários nominais pouco mais que duplicaram em relação a 1939. Mas os lucros bancários (referentes aos 10 principais bancos) passaram de 42.600 contos em 1939 para 323.000 em 1958! Em termos simples, isto quer dizer que, enquanto os salários aumentaram pouco mais de 2 vezes, os lucros dos grandes financeiros aumentaram mais de 7 vezes e meia!

O administrador delegado da «Diamang», retirou em 1958 licitamente dos lucros confessados desta empresa colonial, 12 contos e meio por dia, isto é, um total de 4.550 contos; os mais de metade dos salários pagos nesse ano aos 8.000 mineiros africanos da Companhia. Este é o «humanismo económico» de Salazar!

Monopolismo e produtividade igual a miséria

As loas do Ministro das Corporações acerca da «nova» estrutura do salário e sobre o futuro «operário-accionista» procuram esconder o mecanismo da exploração ascendida da classe operária que se leva a cabo há muito nos arraiais monopolistas.

O «operário-accionista» mediante a aquisição, gratuita ou não, de uma ou duas acções da empresa onde trabalha, sentir-se-á, no entender do ministro, «dono» da própria fábrica, «colaborador» do

próprio patrão...

Esta concepção está ligada, como se sabe, às velhas e sempre renovadas teorias colaboracionistas acerca do «neo-capitalismo». Sabe-se que a chamada «democratização» do capital das sociedades anónimas possibilita o seu mais seguro controle dos maiores accionistas. Quanto mais elevado é o número de pequenos accionistas mais fácil é o domínio dos grandes detentores do capital.

O objectivo em vista é, porém, claro; através do «interesse» dos operários no capital social da empresa, pretende-se quebrar a resistência dos trabalhadores à exploração capitalista, amolecer o seu espírito de classe e simultaneamente, intensificar a exploração.

Contudo, os fascistas querem ir mais longe. A tal «nova estrutura do salário», anunciada pelo ministro Veiga de Macedo, não é outra coisa senão uma ligação mais directa do salário à produtividade.

É sabido por que meios o grande patronato em Portugal, mais ainda que nos países capitalistas desenvolvidos, procura aumentar a produtividade das suas empresas.

Os nossos operários metalúrgicos, têxteis e outros sabem que é à custa de ritmos infernais de trabalho, incompatíveis com a defesa da saúde e da vida dos trabalhadores, que se procura elevar a produtividade do trabalho.

Que o digam os operários da Sorelame e as tecedeiras da CUF, das Varandas ou da Leonesa.

Quando, por outro lado, a produtividade se realiza pela melhoria do apetrechamento técnico, isso significa muitas vezes o desemprego em massa. O caso da indústria de culetaria é um exemplo frisante. O próprio Ministro da Economia já anunciou que, com a entrada em laboração da grande unidade culeteira de Guimarães, 1.000 dos 2.000 operários desta indústria serão licenciados.

Torna-se assim bem evidente que a perspectiva do monopolismo para os trabalhadores é a da miséria, da exploração e do desemprego crescentes.

Razão tem o Partido Comunista em aconselhar os trabalhadores à luta contra tais medidas. Lutar vigorosamente contra a produtividade e de pelo aumento imediato e geral dos salários não é uma questão de somenos importância. Lutar por isto é paralizar a ofensiva dos monopólios e abrir a via ao socialismo única maneira de solucionar as contradições entre o capital e o trabalho.

AINDA A SENTENÇA DO TRIBUNAL DE HAIA

Quando o Tribunal Internacional de Haia proferiu a sentença sobre o litígio entre os governos português e indiano, os seus membros procuraram apresentar a sentença como uma grande vitória sua e salientavam dever-se tão estrondosa «vitória» à sábia política de Salazar.

A realidade da propaganda fascista, a sentença do Tribunal de Haia iria reconduzir os fascistas aos enclaves de Dadré e Nagar-Aveli, donde haviam sido expulsos os portugueses. Para evitar a possibilidade de se declarar nessa propaganda, a sentença recondena a atitude do governo indiano e teria reconhecido ao governo de Salazar o direito de passagem pelo território indiano, e fim de levar aos enclaves os meios para aí restabelecer a soberania portuguesa. Tais ideais, espalhados pelos fascistas, não correspondem à verdade. Ao contrário do que dizem os salazaristas, a sentença do Tribunal de Haia, foi, no fundamental, desfavorável aos fascistas de Salazar e favorável aos indianos. É necessário que o povo português saiba: para ver até que ponto vai a mentira, a falta de seriedade, da dignidade do direito de passagem pelo território indiano, e fim de levar aos enclaves os meios para aí restabelecer a soberania portuguesa. Tais ideais, espalhados pelos fascistas, não correspondem à verdade. Ao contrário do que dizem os salazaristas, a sentença do Tribunal de Haia, foi, no fundamental, desfavorável aos fascistas de Salazar e favorável aos indianos. É necessário que o povo português saiba: para ver até que ponto vai a mentira, a falta de seriedade, da dignidade do direito de passagem pelo território indiano, e fim de levar aos enclaves os meios para aí restabelecer a soberania portuguesa.

Os factos são os seguintes:

1.º — Até 1954, o governo português exercia a soberania nos enclaves de Dadré e Nagar-Aveli e passou para eles, pelo território da União Indiana, funcionários, pessoas privadas e mercenárias.

2.º — Em 1954, os indianos revoltaram-se contra os salazaristas locais, expulsaram os salazaristas e deixaram de reconhecer a soberania portuguesa.

3.º — O governo de Salazar pretendia que os funcionários fascistas pelo território da União Indiana, e fim de irem restabelecer a dominação portuguesa nos enclaves e a União Indiana recusou tal proposta.

Ao levar o caso ao Tribunal de Haia, que pretendia o Governo de Salazar? Pretendia que fosse reconhecido o direito de passagem pelo território da União Indiana, pretendia que a União Indiana fosse obrigado pelo tribunal a dar a passagem que recusava, desde a revolta victoriosa de 1954.

É a facto desta pretensão fundamental e não à volta de considerações «doutrinárias» dos juristas salazaristas que se tem de considerar a sentença proferida.

Como respondeu isto à pretensão de Salazar?

O significado fundamental da sentença é o seguinte: 1.º Até 1954, data da revolta e de expulsão dos salazaristas de Dadré e Nagar-Aveli, o governo português exercia a soberania nos enclaves e tinha o direito de passagem (não abrangendo forças armadas nem policiais) pelo território da União Indiana.

2.º A partir de 1954, a União Indiana, recusando o direito de passagem, não agiu contra as obrigações que tinha, o que significa que o governo salazarista, a partir de 1954, deixou de exercer a soberania nos enclaves e de ter o direito de passagem...

O Tribunal de Haia, quanto ao passado, limitou-se a verificar um facto que existia e a soberania portuguesa nos enclaves e a passagem para lá. Quanto ao presente e ao futuro (e esta era a pretensão de Salazar e C.ª) diz (por outras palavras) que a União Indiana fez bem em não deixar passar para os enclaves os salazaristas. O tribunal não lhe diz que modifique o seu proceder.

Quer dizer: a Sentença do Tribunal de Haia torna situação de direito a libertação do domínio Salazarista dos enclaves de Dadré e Nagar-Aveli. Salazar e C.ª não passaram a ter a soberania nos enclaves e o direito de passagem pelo território da União Indiana para tentar reapossar-se dos enclaves.

É esta derrota total da sua pretensão que Salazar e C.ª têm o desatino de apresentar historicamente perante o país como uma grande e sábia vitória política... Seria de moer os dentes fosse isto desprestígio para Portugal.

JOÃO PEDRO DOS SANTOS

A classe operária portuguesa acaba de perder um dos seus maiores e mais destacados — João Pedro dos Santos, ex-operário do Arsenal do Exército de Lisboa. Verdadeiro patriota do movimento operário português, João Pedro dos Santos dedicou-se infatigavelmente à defesa das reivindicações da classe operária, à sua unidade e organização e aos ideais do socialismo e do comunismo.

Do seu jovem futuro, como dirigente do forte sindicato do Arsenal do Exército, extinto em 1934 pelo governo fascista, no movimento sindicalista português e foi um combatente de vanguarda das grandes batalhas da classe operária anteriores ao advento do fascismo e depois contra a fascização dos sindicatos. João Pedro dos Santos, há longos anos prostrado pela doença e pela avançada idade, era um grande amigo do Partido Comunista Português, cujos escritos ele lia com entusiasmo. O Partido Comunista, ao mesmo tempo que inclina os seus bandeiras numa homenagem comorida à este valeroso comarada de luta, enlaça a sua família sentidas condolências.



ORGANIZEMOS E INTENSIFIQUEMOS A LUTA POR MELHORES SALÁRIOS E CONTRA A CARESTIA

CONTRA OS PREPARATIVOS DE GUERRA COLONIAL!

Que a vida está cada vez mais cara, que sobem os géneros de primeira necessidade e os salários ficam na mesma ou sofrem aumentos insignificantes é uma verdade amarga vivida na esmagadora maioria dos lares portugueses. Que se vá aos mercados, que se ouça as donas de casa e veremos as dificuldades das classes pobres. «*Isto não pode continuar, «a miséria é cada vez maior»*—é o que se ouve por todo o lado.

Mas que fazer então? Dum governo fascista de mãos dadas com o patronato explorador nenhuma solução de mão beijada podemos esperar. Não o mostrou ainda no passado mês de Maio o ministro das Corporações, quando aos operários conservadores do Algarve, que manifestavam a frágil situação em que se encontravam pelo encerramento de algumas fábricas, declarou nada poder responder sobre o assunto?

A solução para os nossos problemas vitais tem que arrancá-la pela nossa própria acção. Grandes industriais e grandes agrários, grandes intermediários e governo unem-se para melhor e mais à vontade explorar as classes trabalhadoras. Constituem uma força poderosa com vários apoios que vão desde as forças repressivas da PIDE, P.S.P. e G.N.R. até às ameaças de despedimento e ao despedimento efectivo.

Mas a união dos trabalhadores pode fazer frente a esta força. O local de trabalho (a empresa, a oficina, o barco, o escritório, a Praça de Jornas, etc.) é o nosso primeiro local de luta e a escolha dum Comité de Unidade formada pelos companheiros mais combativos e mais firmes é uma necessidade para bem dirigir e coordenar a luta.

Os Sindicatos, as Casas dos Pescadores, as Casas do Povo têm que ser utilizadas mais e mais: ali devem os trabalhadores fazer concentrações e assembleias para debater o problema de aumento de salários. Ali devemos pressionar os dirigentes sindicais capazes de tomarem posição a favor da classe e desmascarar os que são meros ráteiros salazaristas.

Nas próprias localidades onde vivemos, devemos estudar formas de luta, como concentrações junto das autoridades e marchas de fome.

Organizemo-nos e unamo-nos onde a exploração cai sem dor nem piedade sobre os ombros dos trabalhadores. A união faz a força e, assim, é possível alcançar vitórias.

Que assim é, que isto é possível demonstram-no as lutas travadas em diversos pontos do país e por diversas classes. O magnífico exemplo de luta dado recentemente pelos mineiros de Aljustrel que, enfrentando uma feroz repressão, recorreram ao trabalho lento, às concentrações no sindicato e, finalmente, à greve; as grandes vitórias alcançadas pelos pescadores de Matosinhos, de Peniche e da costa algarvia mercê da sua disposição de luta e unidade; a luta dos operários da Parry & Son; as marchas de fome e concentrações dos camponeses alentejanos, exigindo não

trabalho; o aumento geral de \$800 conquistado pelos operários da CUF do Barreiro; a persistente luta dos empregados de Seguros que foi coroada de êxito com a obtenção de 20%, de aumento; a greve vitoriosa dos 600 assalariad- os agrícolas de Alpiarça por 40\$00 de jorna,—para só citar as acções mais recentes—revelam que não há outro caminho senão o da luta organizada para fazer frente à exploração organizada do patronato e do governo.

Contra a carestia

Géneros alimentícios, vestuário e calça- do, rendas de casa e transportes, tudo sobe. Mas contra a carestia também é possível lutar e obter vitórias. Ainda recentemente o povo de Cascais recolheu cerca de 1.000 assinaturas para um projecto contra um projecto de aumento do café e conseguiu impedir-lo.

As donas de casa que são quem mais directamente vive o problema da falta de preços, podem e devem organizar boicotes por localidades e freguesias, formando Comissões contra o vão caro, Comissões essas que podem elaborar petições e protestos e até organizar boicotes a determinados produtos indispensáveis à alimentação e que encarecem da vida para cima, como o peixe, o corvo, hortaliças, etc.

Também, como se refere às rendas de caso, a situação é angustiosa. Os trabalhadores são obrigados a viver em barracos e em farras como as do Monsanto, do Casarão, as «ilhas do Porto, o Carmo Velho em Beja, etc.» Ou então num quarto acanhado na maior promiscuidade.

Entretanto, o dinheiro das Caisas de Previdência, desviado para os maiores salários dos trabalhadores, serve para financiar as campanhas demagógicas da Presidência do Conselho e do ministro das Corporações. Os «1000 casos» do governo projecta construir na zona dos Olivais (Lisboa), 708 são financiados exclusivamente pelas Caisas da Previdência. Quer dizer, os operários, se quiserem habitar, têm que pagá-las duas vezes, e bem pagas!

Não se pode cruzar os braços

De diversos lados aponta a exploração e por diversas formas. O povo, particularmente os trabalhadores, não podem cruzar os braços; impõem-se intensificar a luta, exigindo que sejam tomadas as medidas para a melhoria do facto o nível de vida das classes laboriosas.

O luxo espantoso dum punhado de habitações, os pastelões, as lendradas e passadas de António Tomás e dos ministros, a ostentação feita no recepção de reis, presidentes, príncipes e príncipes com tudo uma ostentação e um escárnio à sua volta.

A fome não podemos morrer. Temos de lutar persistentemente para defender a nossa vida e a vida dos nossos filhos. Não há outra perspectiva senão a de uma melhoria efectiva pelo salazarismo.

A libertação do jugo colonialista soa em África. No dia 1 de Julho, 14 países africanos desfraldam já a bandeira da independência! Até ao fim do ano, a Nigéria e os Camarões tornar-se-ão também Estados independentes. A parte libertada do continente africano constituirá então mais de dois terços, quer do seu território, quer da sua população.

Isto sobressalta os colonialistas portugueses que vêm aproximando-se o princípio do fim do seu odiado reinado de exploração e opressão sobre milhões de africanos. Como fascistas que são, eles procuram recorrer a todas as medidas, desde uma repressão intensa até à guerra, na tentativa de não deixar fugir tão cobizada presa das suas garras. Os factos já noticiados pelo «Avante!» (fuzilamento de 26 grevistas na Guiné, deportação de 49 (mooreses para Angola, prisão de destacados patriotas angolanos) e outros, como o monstruoso julgamento que se prepara em Luanda; como a disposição, extensiva às colónias, de fixação de residência aos que «atarem contra a segurança do Estado», que permite coisas tão arbitrárias como a ausência dos réus no seu julgamento e a deportação para terras inhóspitas à escolha do ministro do Ultramar; como os preparativos militares de que a imprensa diária nos dá notícia, até estão a demonstrar que assim é.

Sob a presidência directa de Salazar, reuniu em meados de Maio o Conselho Aerónautico «que se ocupou de vários assuntos da aviação civil e militar». A notícia é lacónica porque o governo entende que não deve prestar contas ao País, receia prestá-las.

Há dias partiram para Angola 3 Companhias do Batalhão de Caçadores 5, que haviam sido submetidas a «uma intensa e metódica instrução com vista à missão que lhes compete», equipados com fardamentos especiais (camuflados) próprios de soldados em campanha. Com o mesmo destino e no mesmo dia, seguiu também um destacamento do serviço de telecomunicações. Milícias de brancos são treinadas e armadas pelo exercito.

A vergonhosa campanha conduzida na imprensa portuguesa contra países africanos que conquistaram a sua independência, como

o Congo, os movimentos de tropas nas fronteiras, são um outro aspecto da política acirrada de conflitos e guerras levada a cabo pelo governo salazarista.

Estas medidas de nítido carácter guerreiro correspondem à «necessidade de uma frente militar africana» de que falava o colonialista Kaizla de Arriaga, sub-secretário da Aerónautica. Acompanhadas são utilizados vários meios de propaganda de que é exemplo a visita dos jornalistas de Angola aos arsenais militares da metrópole e os programas da emissora Nacional.

O sub-secretário da Administração Ultramarina afirmou recentemente: «*não tememos quaisquer perturbações de origem interna*» Que não diga então contra quem são enviados os contingentes militares que partem para as colónias, contra quem se têm dado recortes, de que a nacionalidade são os presos de que se encontram nas cadeias do continente e das colónias, incluindo o campo de concentração do Bié. Que nos diga de que nacionalidade eram os 26 fuzilados na Guiné!

Os colonialistas portugueses estão raivosos, as suas cartelas abarrotam-se nas colónias, as colónias são o penhor com que alcançam o apoio dos imperialistas estrangeiros. Eles sabem que a perda das colónias debilitará profundamente o próprio regime salazarista. Por isso, Adriano Morcira fala em «*corros insiduosas repetidamente cometidas que contribuem para a criação de espaços vazios*».

Espaços vazios?! Vazios de escravizados, de atrocidades sem nome? Vazios da presença do braço colonialista? E este vazio que é insuportável ao sr. Moreira, pois ele constitui uma força de atracção, de exemplo.

Os patriotas angolanos reclamaram do governo português conversações de mesa redonda com a participação de todos os agrupamentos políticos daquela colónia, a fim de chegarem a um acordo sobre o futuro de Angola. Será em nome do tal «espaço vazio» que o governo ainda não den qualquer resposta, nem informou a Nação desta petição?

Parano o imperialismo desenfreado das acções em África que equidivida a situação nas colónias portuguesas, ceios povos internacionalmente a sua luta pela independência, o governo salazarista intensifica a sua política repressiva e preparativos de guerra. A política salazarista está criando uma situação cheia de consequências perigosas para o povo português. Para a Nação portuguesa, o perigo desde há muito contra estes perigos a apelando para a necessidade de lutar contra eles. Ainda no seu recente documento «*Tarefa insuland de hora presente — Unidades*», a C.P. do C.C. apresenta a: «*a luta contra o envio de tropas expedicionárias e os preparativos de guerra colonialistas como uma necessidade de defesa efectiva da Nação e dos interesses das forças democráticas.*»

É uma tarefa urgente de todos os patriotas partir imediatamente de hora presente — Unidades, a C.P. do C.C. apresenta a: «*a luta contra o envio de tropas expedicionárias e os preparativos de guerra colonialistas como uma necessidade de defesa efectiva da Nação e dos interesses das forças democráticas.*»

Os fascistas têm feito do embargo de tropas para as colónias verdadeiros festeiros de propaganda. A oposição de facto à política colonialista do governo deve exprimir-se em acções concretas. A situação exige a mobilização e organização das forças massas na luta contra os preparativos de uma guerra colonial. Amente pode ser demolido tarde.

ITALIA E FRANCO RECUSAM-SE A RECEBER OS DELEGADOS DA 1.ª CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA

Em Abril, uma importante delegação de intelectuais e juristas sul-americanos deslocou-se a Portugal e Espanha em cumprimento do mandato da 1.ª Conferência da América Latina para a Amistade em Portugal e Espanha.

Os delegados latino-americanos propunham avistar-se com os respectivos governos dos dois países e visitar os prisioneiros antifascistas para se inteirarem da sua situação.

Os dois ditadores peninsulares — que mais uma vez «estiveram» juntos para conselharerem os seus planos de acção anti-popular — recusaram os vistos de entrada à Delegação da Conferência.

Os delegados fizeram conferências de imprensa em Paris e Roma mas quis protestarlar contra a atitude de Salazar e Franco e denunciaram a repressão e o terror existentes em Portugal e Espanha. A imprensa portuguesa fez sobre isto o maior silêncio.

O nosso povo não pode ficar indiferente à atitude do governo salazarista. Protestos devem ser enviados por todos os meios aos governantes fascistas. A Delegação Sul-Americana que desagrada ao ditador será levada e acarinhada pelo nosso povo.

Parano o imperialismo desenfreado das acções em África que equidivida a situação nas colónias portuguesas, ceios povos internacionalmente a sua luta pela independência, o governo salazarista intensifica a sua política repressiva e preparativos de guerra. A política salazarista está criando uma situação cheia de consequências perigosas para o povo português. Para a Nação portuguesa, o perigo desde há muito contra estes perigos a apelando para a necessidade de lutar contra eles. Ainda no seu recente documento «*Tarefa insuland de hora presente — Unidades*», a C.P. do C.C. apresenta a: «*a luta contra o envio de tropas expedicionárias e os preparativos de guerra colonialistas como uma necessidade de defesa efectiva da Nação e dos interesses das forças democráticas.*»